



FRANCO, José Eduardo (Coord. Geral). *Arquivo Secreto do Vaticano: Expansão Portuguesa- Documentação*. Lisboa: Esfera do Caos, 2011. 3 Tomos. 2986 p.



O presente não é compreensível em si mesmo e isolado dos seus antecedentes.

(MATTOSO, José. *A Escrita da História*)

No decorrer da publicação da obra *Arquivo Secreto do Vaticano: Expansão Portuguesa. Documentação*, sob coordenação geral de José Eduardo Franco, constituída por três tomos, dedicados a Costa Ocidental de África e Ilhas Atlânticas (Tomo I), Oriente (Tomo II), Brasil (Tomo III), os manuscritos do fundo documental da Nunciatura Apostólica de Lisboa, documentação resgatada do acervo do Arquivo Secreto do Vaticano, viram finalmente luz. Um suspiro fundo para todos aqueles que, desde o ano de 2000, leram, transcreveram e resgataram as informações aí existentes, em resumos de documentos de leitura pouco pacífica, por vezes, dificultada pelo mau estado da documentação e desorganização da biblioteca.

A importância de um projecto de resgate de documentação como este, de um acervo pouco estudado e consultado, pela sua inacessibilidade, sobretudo, é a de termos, historicamente, uma fonte imprescindível de investigação, abrindo o mundo aos mundos. Se nem sempre o acesso directo às fontes é possível, as sinopses da documentação agilizam o trabalho do investigador, sempre exaustivo, de situar as informações de que necessita na sua pesquisa empírica, mas também na construção teórica do seu objecto de estudo. O levantamento deste fundo é um meio de assegurar a preservação de um património histórico da cultura e da identidade nacional.

No conteúdo da documentação deste acervo mostra-se como em três séculos a Igreja sofreu inúmeras e incontáveis transformações de que a correspondência da Nunciatura Apostólica dá conta. Uma das grandes questões que se levanta, em toda a documentação, é a importância dos estabelecimentos portugueses do Ultramar. Esta documentação sumariada alarga também, diacronicamente, a informação necessária para conhecer as estruturas socioeconómicas da Expansão Portuguesa. As Nunciaturas Apostólicas desempenharam, neste

contexto, cargos religiosos e diplomáticos, a partir do século XV. Com a intensificação das relações exteriores da Sé apostólica com os reinos cristãos, os Núncios serão os mensageiros mais indicados para gerir esse serviço de confiança. Investidos de dignidade episcopal, pedia-se aos Núncios informação objectiva dos reinos onde estavam acreditados. A instância que mais aparece figurada na documentação é a do Núncio. Definido como um legado do Romano Pontífice a quem este confiava a sua representação pessoal perante as Igrejas e perante os Estados e governos civis, nas diversas nações ou regiões do orbe, chegou a representante diplomático papal com status permanente. Os Núncios chegaram, a partir de Paulo VI, à categoria de Arcebispos de uma Sé titular, e a enviados pontifícios, tanto permanentes e ordinários como interinos, extraordinários e especiais.

Instância aferidora e moderadora das relações entre Portugal e Roma, a Nunciatura Apostólica tinha outros interlocutores que possibilitavam o bom entendimento entre as duas entidades, modificando-se conforme as circunstâncias históricas, e atravessando os períodos complicados no delicado mecanismo entre Igreja e Estado, com períodos de maior ou menos controlo da sua actividade, consoante as estruturas sociopolíticas. A representação pontificia conheceu dificuldades de toda a ordem, explicáveis pelo contexto político-religioso nacional, todavia, em toda a história, sobressalta a figura do Núncio, elo indispensável entre o catolicismo local e a Igreja universal, já que a presença constante de um agente papal foi entendida como um aval à política eclesiástica em curso.

Os documentos que constam no acervo da Nunciatura Apostólica de Lisboa foram escritos entre o século XVII e XX, e com isto podemos depreender que são aqueles que, fruto de inúmeras correspondências, chegaram a Roma, aí ficando arquivados e conservados. Sendo um arquivo

predominantemente religioso, o Arquivo Secreto, situado no coração do Vaticano, junto à Biblioteca Apostólica, é direcionado a estudiosos de História. Qualquer outra pesquisa, sobre temas afins, pode levar o investigador à consulta no Arquivo, que contém documentação de diversas nunciaturas e acervos documentais internacionais, entre os quais se encontram os Arquivos das Representações Pontifícias (Nunciaturas, Internunciaturas e Delegações Apostólicas) da África, América, Europa e Oriente; Arquivos Concistoriais, Arquivos Particulares dos Papas, Bulários, Chancelarias Apostólicas, Comissões Pontifícias de Direito Canónico, Secretarias de Estado, entre muitos outros fundos. A investigadores que recorrem a métodos interdisciplinares nos seus programas de investigação e interpretação, mas também aos sociólogos, aos economistas ou antropólogos e todos os especialistas das outras ciências humanas que sentem a necessidade de situar as suas observações em coordenadas diacrónicas, a esses investigadores a publicação desta documentação também poderá ter utilidade nas suas pesquisas. Devem ler-se as informações dos três tomos cautelosamente, sem dispensar uma consulta aos originais para quem quiser aprofundar as questões de que tratam, já que falamos de uma obra de cerca de 2986 páginas, e portanto de um

fundo documental extenso e complexo nas suas diversas temáticas.

Na leitura, muitas vezes se fica surpreendido com a quantidade de informações triviais que chegavam à Nunciatura (como cartões de boas festas aos bispos e arcebispos, ou notas soltas, quase sem nexo), mas a obra procurou organizar uma linha de seguimento não só diacrónica, pela data de chegada da documentação, mas também geográfica-espacial, uma vez que cada tomo se direcciona a uma área geográfica específica. Como ajuda suplementar, os índices antroponímicos e toponímicos permitem também que o investigador não se perca num largo emaranhado de referências. Como qualquer obra deste dimensão, e sendo que resulta de uma investigação de dez anos, ressalta a tentativa de os investigadores, coordenadores e organizadores – ainda os editores – criarem uma unidade, uma totalidade coerente na publicação de um acervo nunca antes aberto ao público.

FERNANDA SANTOS

Universidade de Lisboa/CLEPUL  
Doutoranda na UFSC/ECT

Recebido: 14 de setembro de 2011  
Aprovado: 30 de novembro de 2011